



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SEÇÃO DE APOIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SLC-APOIO**  
 Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830  
 Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Ordem de Fornecimento (Contrato) Nº 198/2024 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO  
**ORDEM DE FORNECIMENTO (CONTRATO) Nº 198/2024 - PJPI**

<b>OBJETO</b>	Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"	
<b>SEI</b>	24.0.000095553-8	
<b>DEMANDANTE</b>	Cerimonial - CER	
<b>DOC./DATA/DEMANDA</b>	Formulário de Liberação Interna Nº 232/2024 (5797229) Data: 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça	
<b>CONTRATANTE (NOME E CNPJ)</b>	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ nº 06.981.344/0001-05,	
<b>CONTRATADA (NOME E CNPJ)</b>	FLORICULTURA NATUARTE LTDA, CNPJ nº 02.133.017/0001-42	
<b>ENDEREÇO</b>	Av. Dom Severino nº 1150/1, bairro Fátima, na cidade de Teresina/PI, CEP 64.049-375	
<b>CONTATO/E-MAIL</b>	(86) 99917- 6076 - site/e-mail: floriculturanatuarte@hotmail.com	
<b>DADOS BANCÁRIOS</b>	Banco: 001 - Banco do Brasil, Agência: 7625-2, Conta: 123-6.	
<b>DATA/AUTORIZAÇÃO</b>	Autorização Nº 1598/2024 - PJPI (5800896)	
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	Legislação Federal/Nacional: Lei 14.133/2021 e Lei nº 8.078/1990 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. Edital de Licitação nº 20/2024/TJ/PI e seus anexos, constante do Processo Administrativo SEI nº 23.0.000132312-1; Da Proposta de Preço da CONTRATADA; Ao Termo de Referência 39/2024 (Doc. SEI 5460673); ARP nº 37/2024/TJ-PI (5799765)	
<b>DOCS./INTEGRANTES</b>	Edital da Licitação Nº 20/2024 (Doc. SEI 5460681) e seus anexos; Proposta de Preços da CONTRATADA (SEI 5515528 e 5515532); Ata de Registro de Preços nº 37/2024/TJ-PI (5799765). Termo de Liberação Administrativa Interna Nº 361/2024 (5800903). Eventuais anexos dos documentos supracitados.	
<b>ENTREGA DO OBJETO</b>	<b>Endereço:</b> Dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça, situado na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, 3509 - Palácio da Justiça	
<b>RECURSO ORÇAMENTÁRIO, CONFORME DESPACHO Nº 93917/2024 CEORC (5800823)</b>	<b>Fornecimento de Flores para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"</b>	
	Unidade Orçamentária: Natureza da Despesa: Fonte:	04101 - Tribunal de Justiça <b>339030 - Material de Consumo</b> 760 - Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais
	Ação Orçamentária: Classificação Funcional Progr.: Plano Orçamentário Valor reservado:	6100 - Custeio Administrativo do Poder Judiciário Estadual 02.061.0115.6100 000163 - 2º Grau de Jurisdição <b>R\$ 1.340,00 (2024NR01897)</b>
<b>HABILITAÇÃO</b>	<b>Conforme Cláusula 24 do Termo de Referência nº 39/2024 (SEI nº 5460673)</b> <b>Habilitação jurídica</b> <b>24.3. Pessoa física:</b> cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; <b>24.4. Empresário individual:</b> inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; <b>24.5. Microempreendedor Individual - MEI:</b> Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor">https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor</a> ; <b>24.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:</b> inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no	

OBJETO	Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"
	<p>Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;</p> <p><b>24.7. Sociedade empresária estrangeira:</b> portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução <a href="#">Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020</a>.</p> <p><b>24.8. Sociedade simples:</b> inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;</p> <p><b>24.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:</b> inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz</p> <p><b>24.10. Sociedade cooperativa:</b> ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o <a href="#">art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971</a>.</p> <p><b>24.11.</b> Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.</p> <p><b>Habilitação fiscal, social e trabalhista</b></p> <p><b>24.14.</b> Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;</p> <p><b>24.15.</b> Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.</p> <p><b>24.16.</b> Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);</p> <p><b>24.17.</b> Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;</p> <p><b>24.18.</b> Prova de inscrição no cadastro de contribuintes <i>Estadual/Distrital e Municipal</i> relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</p> <p><b>24.19.</b> Prova de regularidade com a Fazenda <i>Estadual/Distrital Estadual/Distrital e Municipal</i> do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;</p> <p><b>24.20.</b> Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos <i>Estadual/Distrital e/ou Municipal</i> relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.</p> <p><b>24.21.</b> O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.</p> <p><b>Qualificação Econômico-Financeira</b></p> <p><b>24.22.</b> Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (<a href="#">art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021</a>), ou de sociedade simples;</p> <p><b>24.23.</b> Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - <a href="#">Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II</a>);</p>

<b>OBJETO</b>	<p>Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"</p> <p><b>24.24.</b> Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis por lei, devidamente registrados nos órgãos competentes (Junta Comercial do Estado de origem), originais ou cópias autenticadas, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.</p> <p><b>24.25.</b> O licitante deverá apresentar índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), <b>superiores a 1 (um)</b>, comprovados mediante Balanço Patrimonial apresentado e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:</p> <p>I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);</p> <p>II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e</p> <p>III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).</p> <p><b>24.25.1</b> Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 6% do valor estimado do lote(s)/item(ns) arrematado(s) pelo licitante.</p> <p><b>24.26.</b> As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).</p> <p><b>24.27.</b> O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)</p> <p><b>24.28.</b> O agente de contratação poderá solicitar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, a ser apresentada pelo fornecedor, que ateste o atendimento dos índices econômicos aqui previstos.</p> <p><b>Qualificação Técnica</b></p> <p><b>24.29.</b> Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.</p> <p><b>24.30.</b> Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:</p> <p><b>a)</b> Ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha fornecido bens pertinentes com o objeto descrito no Termo de Referência.</p> <p><b>b)</b> Os atestado(s) comprobatório(s) da capacidade técnica da Licitante para fornecimento dos produtos ofertados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente ao <b>fornecimento do quantitativo mínimo de 25 % (vinte e cinco cento)</b> das quantidades apresentadas no Termo de Referência.</p> <p><b>24.31.</b> Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.</p> <p><b>24.32.</b> Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.</p> <p><b>24.33.</b> O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.</p>
<b>CONDIÇÕES/PAGAMENTO</b>	<p><b>Conforme cláusula 11 do Termo de Referência Nº 27/2024 - PJPI/TJPI/SLC/AGIN (5333141)</b></p> <p><b>11. DO PAGAMENTO</b></p> <p><b>11.1.</b> O pagamento obedecerá, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme determinado pela IN TCE/PI nº 02/2017 e arts.141 a 146, da Lei 14.133/2021.</p>

OBJETO	Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"
	<p><b>11.2.</b> O pagamento será efetuado pela Administração (mediante requerimento de pagamento realizado de forma eletrônica, nos termos da Portaria/TJPI N° 365/2021), em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, (e após a instrução realizada) pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de Fiscalização, acompanhado dos seguintes documentos::</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Requerimento de Pagamento;</li> <li>b) Atesto da Despesa ou Recibo, devidamente preenchido e assinado;</li> <li>c) Apresentação da Nota Fiscal com dados bancários, fatura ou documento equivalente, atestado pelo setor competente;</li> <li>d) Cópia do Contrato Administrativo ou da Ordem de Fornecimento; e</li> <li>e) Cópia da Nota de Empenho;</li> <li>f) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;</li> <li>g) Prova de regularidade do FGTS;</li> <li>h) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede e dívida ativa;</li> <li>i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e</li> <li>j) Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.</li> </ul> <p><b>11.3.</b> As certidões extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas letras f, g, h, i, que se dará por consulta <i>ON LINE</i>, nos termos da <a href="#">Instrução Normativa nº 03/2018 - SEGES/MPDG</a>.</p> <p><b>11.4.</b> Para fins de cumprimento do disposto no item 11.2, em consonância com a Portaria/TJPI N° 365/2021, a contratada deverá utilizar-se da ferramenta de Peticionamento Eletrônico via sistema SEI para a solicitação de pagamento e juntada da documentação necessária, conforme manual disponível no link <a href="https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual_Peticionamento_tjpi.pdf">https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual_Peticionamento_tjpi.pdf</a>;</p> <p><b>11.5.</b> A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.</p> <p><b>11.6.</b> O prazo para a liquidação da despesa será de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.</p> <p><b>11.6.1.</b> O prazo supra poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, desde que justificadamente houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.</p> <p><b>11.7.</b> O pagamento será efetuado em até 04 (quatro) dias úteis, a contar da liquidação da despesa.</p> <p><b>11.7.1.</b> O pagamento será realizado mediante crédito bancário, de titularidade da CONTRATADA e vinculado ao CNPJ próprio da empresa, não se admitindo, em hipótese alguma, desconto ou cobrança de título na rede bancária.</p> <p><b>11.8.</b> O banco ao qual pertence à conta da empresa deve ser cadastrado no sistema do Banco Central do Brasil, para que seja possível a compensação bancária, na qual o SOF creditará os pagamentos a que faz jus a empresa contratada.</p> <p><b>11.9.</b> A CONTRATADA poderá alterar os dados bancários de pagamento, prescindindo de apostilamento contratual, desde que a nova conta informada seja de titularidade da CONTRATADA e vinculado ao CNPJ próprio da empresa, incumbindo-se a CONTRATADA de informar por escrito à Superintendência de Gestão de Contratos - SGC e à Superintendência de Orçamentos e Finanças - SOF, para fins de modificação nos sistemas internos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.</p> <p><b>11.10.</b> Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.</p> <p><b>11.11.</b> Na existência de erros, omissões ou irregularidades, a documentação será devolvida à empresa contratada/fornecedora, para as correções devidas,</p>

OBJETO	Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"
	<p>passando o novo prazo para pagamento a ser contado a partir da data da apresentação dos documentos corrigidos.</p> <p><b>11.12.</b> Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.</p> <p><b>11.13.</b> Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, incidirão correção monetária e juros moratórios.</p> <p><b>11.14.</b> Fica convencionado que a correção monetária e os encargos moratórios serão calculados entre a data do adimplemento da parcela e a do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, com a aplicação da seguinte fórmula:</p> $EM = I \times N \times VP$ <p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> $I = TX/365 \quad I = 0,06/365 \quad I = 0,00016438$ <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p> <p><b>11.15.</b> A correção monetária será calculada com a utilização do índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</p> <p><b>11.16.</b> No caso de atraso na divulgação do IPCA, será pago à licitante vencedora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.</p> <p><b>11.17.</b> Caso o IPCA estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.</p> <p><b>11.18.</b> Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.</p> <p><b>11.19.</b> Previamente ao pagamento, o Tribunal deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.</p> <p><b>11.19.1.</b> A eventual perda das condições de que trata o item 11.19 não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.</p> <p><b>11.19.2.</b> Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.</p> <p><b>11.19.2.1.</b> A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.</p> <p><b>11.19.3.</b> É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p><b>11.20.</b> O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o item 11.6.</p> <p><b>11.20.</b> Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.</p> <p><b>11.21.</b> No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.</p> <p><b>11.22.</b> Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.</p>

<b>OBJETO</b>	Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA</b>	<p><b>Conforme cláusula 21 do Termo de Referência N° 27/2024 - PJPI/TJPI/SLC/AGIN (5333141)</b></p> <p><b>21. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO</b></p> <p>21.1. O prazo de vigência dos instrumentos contratuais resultantes do presente registro de preços terão vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da lei 14.133/21, contados da publicação de seu extrato no Diário da Justiça.</p>
<b>PRAZO ASSINATURA/DEVOLUÇÃO</b>	<p><b>Conforme Item 2.3, cláusula 2 da Ata de Registro de Preços 37/2024 (5799765)</b></p> <p><b>2. DO FORNECIMENTO</b></p> <p>2.3. Após a disponibilização no Sistema Eletrônico SEI, os eventuais Contratos Administrativos ou Ordem de Fornecimento/Serviço deverão ser assinados pela BENEFICIÁRIA DO REGISTRO, no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Edital e no Termo de Referência.</p>
<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>	<p><b>Conforme cláusula 17 do Termo de Referência N° 27/2024 - PJPI/TJPI/SLC/AGIN (5333141)</b></p> <p><b>17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS EDITALÍCIAS E SANÇÕES</b></p> <p>17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:</p> <p>17.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente da contratação/a durante o certame;</p> <p>17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:</p> <p>17.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;</p> <p>17.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;</p> <p>17.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou</p> <p>17.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;</p> <p>17.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;</p> <p>17.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>17.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>17.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação</p> <p>17.1.5. Fraudar a licitação</p> <p>17.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:</p> <p>17.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;</p> <p>17.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;</p> <p>17.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;</p> <p>17.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação</p> <p>17.1.8. Praticar ato lesivo previsto no <a href="#">art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013</a>.</p> <p>17.2. Com fulcro na <a href="#">Lei nº 14.133, de 2021</a>, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:</p> <p>17.2.1. Advertência;</p> <p>17.2.2. Multa;</p> <p>17.2.3. Impedimento de licitar e contratar e</p> <p>17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.</p> <p>17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:</p> <p>17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.</p> <p>17.3.2. As peculiaridades do caso concreto</p> <p>17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes</p>

<p><b>OBJETO</b></p>	<p>Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"</p> <p><b>17.3.4.</b> Os danos que dela provierem para a Administração Pública</p> <p><b>17.3.5.</b> A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.</p> <p><b>17.4.</b> A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de <b>15 (quinze) dias</b>, a contar da comunicação oficial.</p> <p><b>17.4.1.</b> Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p><b>17.4.2.</b> Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p><b>17.5.</b> As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.</p> <p><b>17.6.</b> Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.</p> <p><b>17.7.</b> A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.</p> <p><b>17.8.</b> Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no <a href="#">art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021</a>.</p> <p><b>17.9.</b> A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do <a href="#">art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022</a>.</p> <p><b>17.10.</b> A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo <b>CCPADCON</b>, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.</p> <p><b>17.11.</b> Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.</p> <p><b>17.12.</b> Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.</p> <p><b>17.13.</b> O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.</p> <p><b>17.14.</b> A aplicação das sanções previstas no edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.</p>
<p><b>OBRIGAÇÕES DAS PARTES</b></p>	<p><b>Conforme cláusulas 9 e 10 do Termo de Referência N° 27/2024 - PJPI/TJPI/SLC/AGIN (5333141)</b></p>

OBJETO	Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"
	<p><b>9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b></p> <p>Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá:</p> <p><b>9.1.</b> Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:</p> <p><b>9.1.1.</b> Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;</p> <p><b>9.1.2.</b> Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17, a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).</p> <p><b>9.2.</b> Fornecer o objeto da contratação de acordo o prazo estabelecido no Contrato e/ou na Ordem de Fornecimento, a contar do seu recebimento, juntamente com a Nota de Empenho, conforme o estabelecido no Termo de Referência;</p> <p><b>9.3. Assinar o Contrato Administrativo/Ordem de Fornecimento e retirar a Nota de Empenho no prazo de 24 (vinte e quatro) horas,</b> a partir da comunicação por parte do Contratante que poderá ser feita via telefonema, correspondência ou correio eletrônico.</p> <p><b>9.4.</b> Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.</p> <p><b>9.5.</b> Verificar previamente junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega deles, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição, como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;</p> <p><b>9.6.</b> Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme estabelece o art. 92, XVI da Lei nº 14.133/21.</p> <p><b>9.7.</b> Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante do TJPI, inerentes ao objeto da contratação;</p> <p><b>9.8.</b> Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados durante a execução do Contrato;</p> <p><b>9.9.</b> Assumir total responsabilidade por quaisquer acidentes de que seus empregados venham a ser vítimas nas dependências do Contratante;</p> <p><b>9.10.</b> Manter os contatos com o CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução do Contrato que, posteriormente, devem sempre ser confirmados por escrito, dentro de até 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de contato;</p> <p><b>9.11.</b> Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;</p> <p><b>9.12.</b> Arcar com o pagamento de todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo as despesas definidas em leis sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e previdenciárias, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, o objeto ora contratado, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações da CONTRATADA, a título de revisão de preço ou reembolso.</p> <p><b>9.13.</b> Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal de Justiça do Piauí, devendo ainda atender prontamente as reclamações.</p> <p><b>9.14.</b> Não transferir a outrem, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.</p> <p><b>9.15.</b> A CONTRATADA fica obrigada a disponibilizar o(s) número(s) do(s) telefone(s) da empresa ou do responsável, para atendimento dos chamados da CONTRATANTE, para solução do problema demandado, em caso de reclamações.</p> <p><b>9.16.</b> O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, com antecedência <b>de 24 horas de antecedência, contados da solicitação,</b> os motivos que eventualmente <b>impossibilitem o fornecimento</b></p>



<b>OBJETO</b>	Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"
	<p><b>dos itens contratados no prazo estipulado</b>, nos casos em que <b>houver impedimento justificado para funcionamento normal de suas atividades</b>, sob a pena de sofrer as sanções da Lei Nº 14.133/2021.</p> <p><b>9.16.1.</b> No caso da impossibilidade de entrega imediata da <b>coroa de flores para ocasião fúnebres</b>, a empresa deverá informar no momento da solicitação os motivos que eventualmente <b>impossibilitem o fornecimento dos itens contratados, informando se houver algum impedimento que justifique o não fornecimento do citado objeto</b>;</p> <p><b>9.17.</b> Vincular-se ao que dispõe a lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção de Defesa do Consumidor).</p> <p><b>9.18.</b> Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;</p> <p><b>9.19.</b> Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/21);</p> <p><b>9.20.</b> Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;</p> <p><b>9.21.</b> Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.</p> <p><b>9.22.</b> Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.</p> <p><b>9.23.</b> Considerando a Resolução nº 351 de 2020 do Conselho Nacional de Justiça e a implementação pelo CONTRATANTE da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação, a CONTRATADA obriga-se a fornecer aos seus colaboradores a estrutura de prevenção e combate ao assédio moral, sexual e contra toda forma de discriminação, através do planejamento e execução de ações preventivas, que devem ser divulgadas e adotadas como práticas permanentes, capacitando os colaboradores em como proceder no caso de suspeita de assédio; fornecer canal de recebimento de denúncias a serem apuradas e solucionadas, sempre que possível, por via conciliatória que resulte no ajuste de condutas, além de garantir a punição dos responsáveis, conforme cada caso.</p> <p><b>9.23.1.</b> As práticas estabelecidas no item 9.23 podem ser executadas mediante parceria entre o Contratante e a Contratada, cuja avença deve ser levada a termo através do competente instrumento, o que constitui uma faculdade do Contratante."</p> <p><b>9.24.</b> É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TJ/PI, durante o período de fornecimento;</p> <p><b>10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</b> Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21, o CONTRATANTE deverá:</p> <p><b>10.1.</b> Acompanhar, atestar e remeter nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto;</p> <p><b>10.2.</b> Efetuar o pagamento do material, nas condições e preços pactuados, dentro do prazo fixado neste contrato, após a entrega da documentação pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de fiscalização à SOF.</p> <p><b>10.2.1.</b> Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência;</p> <p><b>10.3.</b> Comunicar à CONTRATADA o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada no fornecimento do objeto requisitado, que possa comprometer a tempestividade, a qualidade e a eficácia do uso a que se destina;</p> <p><b>10.4.</b> Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;</p>

<b>OBJETO</b>	<p>Solicitação de Flores para a Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário"</p> <p><b>10.5.</b> Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;</p> <p><b>10.6.</b> Manter os contatos com a CONTRATADA por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência que, posteriormente, devem ser confirmados por escrito no prazo de até 72 (setenta e duas) horas;</p> <p><b>10.7.</b> O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, transferência de responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representante ou quaisquer outros;</p> <p><b>10.8.</b> Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do Palácio da Justiça para entrega do objeto;</p> <p><b>10.9.</b> Acompanhar os procedimentos a serem realizados pela Comissão de Fiscalização ou pelos Fiscais do instrumento contratual.</p> <p><b>10.10.</b> Exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha a causar embaraço ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;</p> <p><b>10.11.</b> Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias;</p> <p><b>10.12.</b> Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste contrato, na forma no artigo 123 da Lei 14.133/21;</p> <p><b>10.12.1.</b> Salvo disposição legal, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;</p> <p><b>10.13.</b> A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.</p> <p><b>10.14.</b> Designar servidor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ - TJPI para atuar como fiscal do contrato, devendo o mesmo acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, zelando pelo seu fiel cumprimento;</p> <p><b>10.15.</b> Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.</p>
<b>DO FORO</b>	As partes elegem o foro da Comarca de Teresina, Capital do Estado da Piauí, para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**AUTORIZO** o fornecimento do objeto abaixo identificado:

ARP N° 37/2024/TJ-PI						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	GRAU DE JURISDIÇÃO	VALOR TOTAL
10	Arranjo de Flores para Balcão de Recepção, composto por Flores Tropicais e Folhagens Resistentes Tamanho: 0,60 x 0,60m. Contendo em média 03 dúzias de cada espécie com (Helicônias, sorvetão, rostrata, alpinias, bastão do imperador,	Arranjo	R\$ 670,00	2	2º Grau de Jurisdição	R\$ 1.340,00
<b>VALOR TOTAL (2º Grau de Jurisdição):</b>		R\$ 1.340,00 (um mil trezentos e quarenta reais)				
<b>EMPRESA BENEFICIÁRIA</b>		FLORICULTURA NATUARTE LTDA, CNPJ N° 02.133.017/0001-42,				
<b>DADOS BANCÁRIOS</b>		Banco: 001 - Banco do Brasil, Agência: 7625-2, Conta: 123-6.				

ARP N° 37/2024/TJ-PI					
etc). 2 pacotes de tango e folhagens.Cores a definir.					
<b>VALOR TOTAL (2° Grau de Jurisdição):</b>	R\$ 1.340,00 (um mil trezentos e quarenta reais)				
<b>EMPRESA BENEFICIÁRIA</b>	FLORICULTURA NATUARTE LTDA, CNPJ N° 02.133.017/0001-42,				
<b>DADOS BANCÁRIOS</b>	Banco: 001 - Banco do Brasil, Agência: 7625-2, Conta: 123-6.				

Conheço e concordo com o teor da OF:

*Teresina (PI), Data e Hora do Sistema*

Desembargador **HILO DE ALMEIDA SOUSA**  
Presidente TJPI

**DAYANE SILVA SANTOS**  
Representante Legal da FLORICULTURA NATUARTE LTDA (CONTRATADA)  
Em 08 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Hilo de Almeida Sousa, Presidente**, em 08/08/2024, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DAYANE SILVA SANTOS, Usuário Externo**, em 08/08/2024, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DAYANE SILVA SANTOS, Usuário Externo**, em 13/08/2024, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **5800908** e o código CRC **5EBEF29C**.